

A influência de Ratzel e Mahan na política externa do Barão do Rio Branco

Adelar Heinsfeld¹

Resumo

Este artigo objetiva perceber de que forma a Geopolítica esteve presente nas ações desenvolvidas pelo Barão do Rio Branco que, como Ministro das Relações Exteriores (1902-1912), foi um ator privilegiado no cenário internacional. Partimos do princípio de que o Barão do Rio Branco, ao empreender sua política internacional, estava utilizando as ideias geopolíticas em elaboração, naquele momento, pelos considerados precursores e fundadores da ciência Geopolítica. As ações de Rio Branco estavam embasadas, principalmente, nas concepções de dois dos próceres da geopolítica: Friedrich Ratzel e Alfred Tyler Mahan.

Palavras-Chave: Barão do Rio Branco; Geopolítica; Ratzel; Mahan.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo entender cómo la geopolítica estuvo presente en las acciones desarrolladas por el Barón de Rio Branco, que Ministro de Relaciones Exteriores (1902-1912), fue un actor importante en la escena internacional. Suponemos que el Barón de Río Branco, para llevar a cabo su política internacional, se utilizó de las ideas geopolíticas que se desarrollaban en aquel momento por considerados los precursores y fundadores de la ciencia geopolítica. Las acciones de Rio Branco fueron informados, sobre todo en dos concepciones del pensamiento sistemáticos de la geopolítica: Friedrich Ratzel y Alfred Mahan Tyler,

Palabras clave: Barón de Rio Branco; Geopolítica; Ratzel; Mahan.

Introdução

Em função das determinações internas, alguns agentes acabam se destacando na tomada de decisões nas relações internacionais. Estes agentes colocam as suas convicções a serviço dos atores presentes no âmbito internacional, sejam Estados, organizações não-governamentais, ou outros. Num dos estudos clássicos das relações internacionais, Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle (1967, p. 6) já destacavam que “estudar as relações internacionais sem levar em alta linha de conta concepções pessoais, métodos, relações sentimentais do homem de Estado, é negligenciar um fator importante, às vezes essencial.” Os mesmos autores lembram que nas relações internacionais a atuação do homem de Estado é considerável, “porque, finalmente, ele desempenha um papel pessoal na opção entre aspirações

¹ Doutor em História pela PUCRS. Docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Contato: adelar@upf.br

territoriais ambiciosas - e, portanto, riscos a correr - e atitude de satisfação, mesmo se, neste domínio, lhe for necessário lutar contra as forças mais 'chauvinistas', mais 'ultranacionalistas' de opinião." (RENOIVIN; DUROSSELE, 1967, p. 442).

Quando lançamos um olhar sobre a história das relações internacionais do Brasil, percebemos que um personagem ocupa lugar de destaque: José Maria da Silva Paranhos Júnior - Barão do Rio Branco (1845-1912). Além de ser titular do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, abrangendo quatro mandatos presidenciais, no período compreendido entre 03 de dezembro de 1902 a 10 de fevereiro de 1912, desempenhou várias funções no cenário internacional da época.²

A complexidade das relações internacionais impõe ao estudioso da questão uma postura de contínua inquietude e problematização, que o levará a ver nos acontecimentos bem mais do que aquilo que está assimilado na forma de concepções predominantes. No contexto das relações internacionais, um dos elementos que é concebido de acordo com a situação interna - em função da direção tomada pelo grupo que detém o poder - e que leva em consideração as condições externas, é a Geopolítica. Neste caso, a Geopolítica possui uma importância fundamental, uma vez que tem servido como um relevante referencial analítico.

A maior preocupação neste trabalho é mostrar que o Barão do Rio Branco, além de ser o maior diplomata brasileiro, foi um agente geopolítico. Durante a década em que esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores, seu pensamento - bem como suas ações - vai refletir uma concepção geopolítica. No período em que Rio Branco foi Ministro, um dos países que ocupou suas atenções foi a Argentina. Por isso mesmo, as ações desenvolvidas por ele serão acompanhadas de perto pela opinião pública argentina. Do outro lado da fronteira, o '*olhar do vizinho*' permanecia atento a todas as atitudes tomadas pelo Ministro brasileiro. Por sua vez, esse '*olhar do vizinho*' era levado em consideração por Rio Branco, no momento em que, como agente privilegiado das Relações Internacionais, elaborava a política internacional em nome do Estado Brasileiro.

A Geopolítica nos permitirá compreender as situações de conflito, ao levarmos em consideração os mecanismos a que recorre um Estado para sobreviver e/ou projetar-se fora dos limites territoriais, políticos, ideológicos ou econômicos. Ajuda-nos a descobrir as

² Secretário da missão chefiada por seu pai, o Visconde de Rio Branco, encarregada de elaborar o Tratado de Paz entre Brasil, Argentina e Uruguai e o Paraguai (1870); Cônsul brasileiro em Liverpool (1876-1901); advogado do Brasil nos litígios fronteiriços com a Argentina (1893-1895) e com a Guiana Francesa (1898-1900); Ministro Plenipotenciário do Brasil em Berlim (1901-1902).

razões que convertem um espaço de tensão e permite-nos seguir o movimento da História com uma visão política.

A Geopolítica tradicional está condicionada ao determinismo geográfico, que tem o espaço físico como pano de fundo. Ao centrar a Geopolítica como elemento fundamental nas relações externas, é necessário analisá-la em sua dinamicidade, que vai além do espaço meramente físico.

Na Argentina, assim como no Brasil, foi dentre os países latino-americanos, onde mais se produziu e publicou trabalhos de natureza Geopolítica, seja no seio das Forças Armadas, seja na Academia, o que deixa claro a penetração e a aceitação desta forma de *compreender o mundo*. A Geopolítica argentina não obstante acompanhar a lógica da Geopolítica tradicional no privilegiamento da existência do conflito nas relações internacionais e na busca da homogeneização da opinião interna objetivando a criação de uma *vontade nacional* guarda características próprias que a torna distinta daquela que se tem produzido no Brasil. Por diversos fatores, a Geopolítica argentina tem, com relação ao Brasil, uma postura defensiva, tendo sido construída em oposição ao que entende por hegemonia brasileira no sub-continente latino-americano. A política externa brasileira e a produção teórica geopolítica que se produz no Brasil tem sido amplamente discutida e criticada pela Geopolítica argentina. Até bem recentemente o ‘expansionismo’ brasileiro e sua ‘vocação imperialista’ era motivo de preocupação por parte de uma parcela significativa de autoridades e opinião pública argentina.

Durante o período em que Rio Branco esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores, o ‘olhar do vizinho’ esteve o tempo todo voltado para o Brasil e para as ações desenvolvidas pelo seu Chanceler. Empregando-se o *Fen meno da A o e Rea o* – ARP (Action and Reaction Phenomenon), instrumental privilegiado da Geopolítica, podemos dizer que este ‘olhar do vizinho’ contribuiu na tomada de decisões de Rio Branco:

El fen meno de acción-reacción está atado inextricablemente al proceso de evaluar amenazas. Los políticos no pueden contentarse con la información corriente. Deben hacer evaluaciones calculadas de la capacidad e intenciones del adversario sobre periodos de tiempo significativamente largos a fin de proteger a la nación de la sorpresa política y tecnológica. (TAMMEN, 1976, p. 48).

As a es geopolíticas desenvolvidas por Rio Branco tiveram como resultado o desenvolvimento, por parte da Argentina, também de a es geopolíticas.

As razões para estudarmos a geopolítica presente nas relações entre os dois países podem ser buscadas nas palavras de Oscar H. Camilión, teórico geopolítico argentino:

As razões geopolíticas, enfrentadas na época colonial pelas coroas espanhola e portuguesa nas regiões que logo seriam a Argentina e o Brasil, ou os países envolvidos em disputa das áreas de influência, não perderam vigência quando do fim do período colonial. [...] O fracionamento do antigo Vice-Reinado do Prata não fez desaparecer as motivações geopolíticas a que deram nascimento e foi nos países limítrofes que a rivalidade tradicional, herdada da colônia, encontrou algo mais que razões de prestígio para ter novas expressões de atualização. (CAMILLIÓN, 1969, p. 26).

Rio Branco tinha, na época, praticamente total autonomia frente ao Ministério das Relações Exteriores. Manteve-se no cargo durante a administração de quatro presidentes – Rodrigues Alves, Afonso Penna, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca. Somente a morte tirou-o do poder. A ‘Era Rio Branco’ coincide com o apogeu da chamada República Velha. Politicamente, o país tinha entrado num período marcado pela estabilidade político-institucional. Economicamente, o grupo agro-exportador, ligado ao café e à borracha triunfava, marcado pelo aumento do comércio, principalmente, com os Estados Unidos.

Com o prestígio pessoal inabalado durante toda sua gestão, Rio Branco, com a experiência e o conhecimento adquirido nos longos anos vividos na Europa – morando em Paris, Cônsul em Liverpool, Ministro Plenipotenciário em Berlim – bem como pela rápida estada nos Estados Unidos - defendendo o Brasil na questão de Palmas com a Argentina – teve condições de pensar geopoliticamente o país. No período em que viveu fora do Brasil, travou contato com as idéias geopolíticas, que em última análise, procuravam criar condições para o estabelecimento de um Estado forte, capaz de projetar-se internacionalmente.

A Escola Superior de Guerra (1977, p. 31-32), centro de formulação da doutrina geopolítica no Brasil, aponta o Barão do Rio Branco, juntamente com seu pai, o Visconde de Rio Branco, como um dos precursores do pensamento geopolítico brasileiro. Alguns autores estrangeiros têm citado o Barão do Rio Branco como geopolítico: Phillip L. Kelly (1988, p. 67-68), afirma que no Brasil existe uma ampla e secular “linha de notáveis geopolíticos, que inclui o Barão do Rio Branco, Everardo Backheuser, Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos”. Nicolas Buscovich (1987, p. 7-8), ao referir-se àqueles que no Brasil souberam valorizar o território como fator de poder, cita a

eficiência expansionista de José Maria da Silva Paranhos (Barão do Rio Branco), com a mesma importância de Mário Travassos, Everardo Backheuser, Lysias A. Rodrigues, Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos.

Autores nacionais também apontam Rio Branco como um geopolítico. O General Carlos de Meira Mattos (1980, p. 57) refere-se à visão geopolítica de Rio Branco ao resolver a Questão do Acre. Clodoaldo Bueno (1977, p. 70) ao afirmar que Rio Branco dava continuidade à política exterior da Monarquia, adaptada ao novo quadro internacional que se apresentava, classifica-o como sendo “por excelência um geopolítico.”

Estes autores, tanto estrangeiros, como nacionais, apenas apontam Rio Branco como geopolítico, mas não desenvolvem este raciocínio, não analisam a política desenvolvida pelo Chanceler Brasileiro a partir do referencial teórico da Geopolítica.

O único estudo conhecido que trata Rio Branco como geopolítico, é um artigo de Everardo Backheuser, que o considera como "um dos maiores, senão o maior, dos geopolíticos brasileiros, pois mais do que qualquer outro cidadão, dilatou conscientemente o 'espaço' de sua Pátria." (BACKHEUSER, 1945, p. 28). Ao comentar alguma das ações empreendidas por Rio Branco frente ao Ministério das Relações Exteriores, Backheuser (1945, p. 24) afirma que:

O desejo de fortalecimento das forças armadas, de terra e mar, veio-lhe como consequência de sua anterior ação geopolítica e não como causa dessa mesma atuação. Órgãos de defesa do território que ele, Rio Branco, havia alargado e consolidado, careciam exército e marinha de permanente eficiência.

Por outro lado, Shighenoli Miyamoto, um dos brasileiros que mais tem estudado a Geopolítica no seio da academia, não concorda que Rio Branco possa ser considerado um geopolítico, uma vez que não encontramos em seus escritos referências explícitas sobre o papel da Geopolítica. Acrescenta ainda, que Rio Branco não tivera tempo de conhecê-la, pois quando encerrou suas atividades no Ministério das Relações Exteriores em 1912, os sistematizadores do pensamento geopolítico ainda elaboravam suas teorias (MIYAMOTO, 1995, p. 47). Isto pode ser verdade somente em parte. Para Clodoaldo Bueno, os argumentos de Rio Branco são de um geopolítico. No entanto indaga até que ponto ele teria sido influenciado pelas ideias dos geopolíticos. Afirma Bueno (1977, p. 193) que “no estado atual dos nossos conhecimentos nada pode ser afirmado a respeito. Os seus biógrafos não fizeram referência às leituras de Rio Branco que eventualmente teriam con-

tribuído para sua formação e teriam sido utilizadas enquanto Ministro”. Lembra ainda que as fontes consultadas nada autorizam neste sentido. No entanto, cumpre lembrar, que este autor já havia anteriormente alertado de que, quando se trata de questões diplomáticas, "o que está documentado, o que foi tornado público nem sempre corresponde à realidade." (BUENO, 1975, p. 7).

De fato, em momento algum, seja em seus escritos ou em pronunciamentos verbais, Rio Branco fez qualquer referência nominal aos pensadores geopolíticos.³ No entanto, dos quatro próceres do pensamento Geopolítico – Friedrich Ratzel, Alfred Mahan, Halford Mackinder e Rudolf Kjellén – somente deste último não temos fortes indicativos de que Rio Branco tenha entrado em contato direto com seus escritos ou suas ideias.

Ratzel e as fronteiras

Rio Branco leu alguma obra de Ratzel ou teve contato direto com suas ideias? Sabedores que somos da importância que o ministro brasileiro reputava à Geografia seria muito estranho ele não conhecer o pensamento do geógrafo alemão. Os anos em que morou na Europa travou uma sólida amizade com Eliséé Reclus, um dos grandes críticos da geografia ratzeliana na França.⁴ Além disso, no período em que foi ministro plenipotenciário do Brasil em Berlim (1901-1902), as ideias de Ratzel ocupavam o centro das discussões na Alemanha. Seria possível Rio Branco ter ficado alheio a estas discussões? Empiricamente não temos condições de responder. No entanto, as concepções ratzelianas de espaço serão muito importantes para a formulação do pensamento e atuação de Rio Branco e estarão presentes durante o período que chefiou a diplomacia brasileira. As ideias do geógrafo alemão serão muito úteis durante a década em que esteve à frente dos negócios exteriores de seu país, principalmente no que se refere ao estabelecimento dos limites territoriais e na preconização de um Estado forte.

A noção de fronteiras foi fundamental para a elaboração das doutrinas Geopolíticas. Por esta razão, a Escola Superior de Guerra, centro da produção do conhecimento geopolítico brasileiro, considera como precursores da Geopolítica nacional, ninguém menos que Alexandre de Gusmão e o Barão do Rio Branco. O primeiro por ter sido o responsável pelo Tratado de Madrid (1750), que garantiu dois terços da atual área do Brasil para

³ Na realidade, através da análise dos discursos e da correspondência de Rio Branco percebe-se que ele não tinha o hábito de fazer referência a qualquer “pensador”, em que pese sua erudição, decorrente de ser um leitor costumaz.

⁴ Rio Branco escreveu um Pós-fácio na obra de Elisée Reclus, *Estados Unidos do Brasil: Geographia, Ethnographia, Estatística*. Rio de Janeiro: H. Carnier, Livreiro Editor, 1900.

Portugal. No texto deste tratado, o pensamento geopolítico se manifesta de uma forma insofismável (ESG, 1977, p. 31-32). Por isso, Jaime Cortesão (1956, v, 4, p. 447) classifica Alexandre de Gusmão como o “precursor da Geopolítica Americana”. Por sua vez, o Barão do Rio Branco, foi responsável pelo traçado e fixação das modernas linhas limítrofes nacionais, adentrando o território brasileiro no *hinterland* latino-americano. Por esta razão, Everardo Backheuser, introdutor dos estudos geopolíticos no Brasil,⁵ considera o Barão do Rio Branco como um dos maiores geopolíticos brasileiros, pois “dilatou conscientemente o ‘espaço’ de sua Pátria.” (BACKHEUSER, 1945, p. 28).

Ao analisarmos a participação de Rio Branco no estabelecimento dos limites do Brasil, que se transformarão em fronteiras, fica muito evidente a sua atuação geopolítica. Quando Rio Branco estabelece como uma de suas preocupações imediatas a definição dos limites territoriais, estaria sendo influenciado pelos postulados geográficos de Ratzel? Nada nos autoriza a pensar que não. Possivelmente o Ministro brasileiro tinha presente que o “limite definido contribui para a maturação de um povo.” (RATZEL apud MARTN, 1992, p. 14). Ricardo Seitenfus (1994, p. 23) afirma que a concepção da política externa de Rio Branco era fundamentalmente ratzeliana, baseando-se no princípio de que “*terra é poder*”. Advogando a causa brasileira, realizando levantamentos históricos e geográficos, mostrando as implicações de ganhar ou perder um espaço territorial, Rio Branco esteve envolvido em diversas questões lindeiras com a maioria dos países vizinhos. Mesmo antes de ser Ministro das Relações Exteriores, Rio Branco defendeu os interesses brasileiros em duas importantes questões: Palmas com a Argentina e do Amapá, com a França.

Na condição de Ministro das Relações Exteriores, Rio Branco esteve diretamente envolvido no estabelecimento das fronteiras com a Argentina (1895), Guiana Francesa (1900), Bolívia (1903), Equador (1904),⁶ Guiana Inglesa (1904), Guiana Holandesa (1906), Colômbia (1907), Peru (1909) e Uruguai (1909).

Ao firmar tratados, estabelecendo a linha limítrofe da soberania nacional, poder-se-ia dizer que Rio-Branco agia de acordo com o que Ratzel havia teorizado:

(...)os tratados, que carecem da sustentação de uma divisão correspondente das forças políticas, não são senão expedientes diplomáticos de valor efêmero”. Ao contrário, a aquisição de novas terras exerce sobre o povo uma influência emancipatória, impelindo-o a novo trabalho e o incitando a concepções mais amplas. (RATZEL, 1990, p. 81).

⁵ Everardo Backheuser publicou em 1925 *A Política e a Geopolítica segundo Kjellén*. Este texto foi publicado novamente no *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, Ano X, nº 110, set./out. 1952, 534-539.

Considerando-se a existência de um subsistema de poder bipolar⁷ na América do Sul, a forma como foram resolvidas, por Rio Branco, as questões fronteiriças denotam a preocupação em assumir a liderança no sub-continente. Além de consolidar o território brasileiro, Rio Branco, na verdade, estava procurando isolar a Argentina no contexto das nações sul-americanas. Em Buenos Aires, parte da imprensa, principalmente a que sofria a orientação direta de Estanislao Severo Zeballos⁸ percebe este isolamento: a forma como Rio Branco negociou os tratados de limites com Bolívia, Peru e Uruguai fez com que estes países saíssem da órbita de influência argentina e passassem a ser aliados do Brasil.⁹

Rio Branco, ao pensar geopoliticamente o espaço brasileiro, refletia as concepções dos pensadores que estavam sistematizando o conhecimento geopolítico naquele momento. Assim, as ideias, principalmente de Ratzel e secundariamente de Mackinder, serão importantes para o entendimento da sua atuação no estabelecimento das lindes do país.

O estabelecimento dos limites territoriais do país fazia parte de um projeto maior de Rio Branco. Era necessário não ter problema fronteiro com vizinho algum, para poder projetar o país como líder na América do Sul e obter a hegemonia nesta parte do Continente. Como ele mesmo afirmou, em discurso proferido no IHGB, em 21.10.1909, quando

⁶ O Equador disputava um território com o Peru. Saindo vencedor naquela disputa, passaria a ser país limítrofe com o Brasil. Rio Branco, ao firmar um tratado de limites com o Equador estava realizando uma prospecção geopolítica, ou seja, estava prevendo os futuros cenários onde as ações políticas poderiam se desenvolver.

⁷ “Bipolar é a configuração da relação de forças na qual a maior parte das unidades políticas se agrupa em torno de duas dentre elas, cujas forças superam as demais.” (ARON, 1986, p. 203).

⁸ Estanislau Severo Zeballos (1854-1923) foi decano da Faculdade de Direito de Buenos Aires. Político influente, exerceu o cargo de deputado e de senador pela Provincia de Buenos Ares. Ocupou o ministério das relaciones exteriores e culto da Argentina em três períodos distintos, nas administrações de Juarez Célman (10.09.1889 a 14.04.1890), Carlos Pelligrini (22.10.1891 a 12.10.1892) e Figueroa Alcorta (21.11.1906 a 22.06.1908). Utilizou largamente a imprensa para divulgar suas ideias, notadamente *La Prensa* (do qual foi editor), *La Razón* e *El Sarmiento*. No entanto, é através das páginas da *Revista de Derecho, Historia y Letras*, da qual foi fundador e editor, que melhor se pode conhecer seu pensamento.

Foi o grande adversário de Rio Branco. A primeira desavença entre os dois ocorreu em 1875, quando o enviado especial argentino no Rio de Janeiro, Carlos Tejedor, retornou à Argentina sem se despedir do Imperador. Na ocasião, o futuro Barão do Rio Branco defendeu, pelas páginas de *A Nação*, que não houve “nenhuma ofensa internacional ao Brasil. Houve apenas uma **gaucherie**”. Em Buenos Aires, os ânimos se exaltaram. Zeballos, através do jornal *Nacional*, responde ao jovem Paranhos, traduzindo erroneamente *gaucherie* como gauchada, afirmando: “Um dos diários mais importantes do Brasil qualificou de *gaucherie* a retirada do Sr. Tejedor. Este modo de exprimir-se não é mais do que uma macacada de má lei. E melhor ser gaúcho do que macaco.” Quase vinte anos depois, deu-se o primeiro embate oficial entre os dois personagens, por ocasião da Questão de Palmas. Durante todo o período em que Rio Branco ocupou o ministério das relações exteriores, Zeballos desenvolveu uma campanha anti-brasileira.

⁹ O jornal *La Argentina* (06.10.1909), por exemplo, alertava que pela ação natural do tempo, a Argentina haveria de reconquistar as amizades que naquele momento lhes eram negadas.

o Brasil tivesse definido todos os seus limites internacionais, que não houvesse contestação de forma alguma, “ficaremos com mais liberdade para levar por diante, tão energeticamente como convém, a magna e urgente empresa do povoamento dos nossos sertões”. (RIO BRANCO, 1945, p. 229). Sua preocupação também estava presente no tocante à organização interna do espaço territorial, pois como deixava implícito nas suas ações, ‘espaço é poder’. Assim, poderia atuar no sentido de fortalecer o Estado Nacional, para então conquistar seu objetivo maior.

Mahan e a política armamentista

Em relação à Alfred T. Mahan, até que ponto suas ideias influenciaram diretamente nas ações de Rio Branco? O que podemos inferir é que, quando Rio Branco esteve nos EUA, como ministro em missão especial (1893-1895), atuando como advogado do Brasil na questão limítrofe com a Argentina, as ideias de Mahan ocupavam o centro das discussões na opinião pública norte-americana. É o momento em que a imprensa e o Congresso Nacional dos Estados Unidos estão discutindo, inspirados por Mahan, o projeto de reequipamento da Marinha de guerra do país. Como Rio Branco, desde sua mocidade, sempre esteve preocupado com as questões relativas à defesa nacional, com o estado do exército e da marinha brasileira, seria praticamente impossível que não tenha entrado em contato com as ideias do pensador-estrategista norte-americano. Na biblioteca do Arquivo Histórico do Itamaraty existem cinco das obras publicadas por Mahan no período imediatamente anterior à gestão de Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores,¹⁰ e sabemos da importância que o Ministro dava ao arquivo histórico e à biblioteca do Itamaraty.¹¹ A defesa empreendida por Rio Branco de uma política de rearmamento da esquadra brasileira, em que o Brasil teria que recuperar a supremacia naval na América do Sul, podemos considerar como o reflexo das ideias de Mahan.

¹⁰ As obras de Alfred Mahan existentes na Biblioteca do Itamaraty, que foram adquiridas no período em que Rio Branco era Ministro, são: *The Gulf and Island Waters*. New York: Charles Scribner's sons, 1883; *The Influence of Sea Power upon the French Revolution and Empire: 1793-1812*. Boston: Little, Brown and Company, 1898; *The Interest of America in sea Power, Present and Future*. Boston: Little, Brown and Company, 1898; *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*. Boston: Little, Brown, and Company, 1902; *Retrospect & Prospect.: studies in Internacional Naval and Political*. London: Sampson Low, Marston & Company, 1902.

¹¹ A preocupação de Rio Branco com a organização do arquivo e da biblioteca do Itamaraty é explicitada em correspondência enviada de Berlim ao amigo de juventude e Senador Frederico de Abranches (SP), em 08.08.1902, quando apenas havia recebido o convite para ser Ministro das Relações Exteriores: “É preciso [...] restabelecer a Secção do Archivo, dando-lhe o desenvolvimento necessário, por que esse é o arsenal em que o Ministro e os empregados mais habéis e habilitados encontrarão as armas de discussão e combate. É preciso crear uma biblioteca e uma secção geographica na Direção do Archivo, como em França, Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos.” (Arquivo do IHGB, L. 486, p. 17).

A historiografia brasileira foi pródiga em enaltecer a atuação do Barão do Rio Branco na demarcação dos limites e estabelecimentos das fronteiras do território nacional. No entanto, Rio Branco, ao estabelecer as diretrizes de sua política internacional, vai demonstrar, de uma forma muito clara, a sua preocupação com a segurança e a defesa deste território que ajudou a configurar. O processo de reaparelhamento da marinha de guerra nacional foi o resultado desta sua preocupação. Assim, a carreira armamentista que norteou boa parte das relações entre Brasil e Argentina na primeira década do século XX, foi o resultado da Geopolítica que norteava as diretrizes da política internacional adotada por Rio Branco. É óbvia a necessidade de considerar que a corrida armamentista surgida entre os dois maiores países da América do Sul não é um fato descontextualizado do momento internacional vivido na época em que Rio Branco foi Ministro das Relações Exteriores. Nas formulações geopolíticas das potências da época, o armamentismo ocupava o primeiro plano.

Dentro dos parâmetros da Geopolítica clássica não há pensador ou formulador de doutrina geopolítica que não tenha preocupado-se com a Segurança Nacional. A partir do momento que se estabelece a relação “*Nós-Eles*”, a preocupação com quem está do outro lado da fronteira é uma das variáveis consideradas pela Geopolítica, até por que “la lucha por el poder se convierte en rivalidad por el poderío militar, en preparación para la guerra.” (SPYKMAN, 1980, p. 17).

Raymond Aron chama a atenção para o fato de que “o diplomata e o soldado vivem e simbolizam as relações internacionais que, enquanto interestatais, levam à diplomacia e à guerra.” As relações entre os Estados apresentam um traço original que as distinguem de todas as outras relações sociais: “elas se desenrolam à sombra da guerra; para empregar uma expressão mais rigorosa, as relações entre os Estados implicam essencialmente na guerra e na paz.” Desta forma, o conhecimento das relações internacionais pode ser considerado ciência da paz e da guerra e serve como “base para a diplomacia e para a estratégia – os dois métodos complementares e opostos, com que os Estados se interrelacionam.” (ARON, 1986, p. 52-53). Por outro lado, o mesmo autor alerta que a distinção entre diplomacia e estratégia é relativa. Os dois termos denotam aspectos complementares da arte única da política – a arte de dirigir o intercâmbio com os outros Estados em benefício do “*interesse nacional*”. Tanto a estratégia quanto a diplomacia estão subordinadas à política, isto é, à concepção que a coletividade, ou aqueles que assumem a responsabilidade pela vida coletiva, têm do “*interesse nacional*” (ARON, 1986, p.

72-73). Aron refere-se ainda à posição de Karl von Clausewitz,¹² teórico militar prussiano e o maior inovador da estratégia militar no século XIX, que lembra aos responsáveis pela guerra e pela paz o princípio que todos devem respeitar: “o primado da política, já que a guerra não passa de um instrumento a serviço de objetivos fixados pela política – um momento ou um aspecto das relações entre os Estados.” Neste caso, os Estados devem obedecer “à inteligência dos interesses duráveis da coletividade.” (apud ARON, 1986, p. 91).

Para Alfred Mahan, o poder é um elemento fundamental e permanente no relacionamento entre as nações. Assim, vendo o relacionamento internacional ligado a um contexto de interesses e de poderes, a guerra constitui-se em um instrumento de ajustagem, onde a diplomacia não consegue resolver os conflitos. Decorre daí a origem do ceticismo de Mahan em relação à capacidade dos foros internacionais de dirimirem conflitos de vulto. A única saída seria cada nação reforçar seu poder ofensivo-defensivo, para garantir sua segurança. Por isso, Mahan via os sucessos e insucessos na guerra refletindo, antes de qualquer coisa, obediências ou desrespeitos aos “Princípios da Guerra” (MAHAN, 1946, p. 17).

Quando pensa na defesa do Estado, Mahan (1946, p. 89) tem em mente dois conceitos para o termo ‘defesa’: “existe la defensa pura y absoluta que procura aumentar sus fuerzas y espera el ataque,” que pode ser chamada de passiva, e é composta de fortificações fixas, defesas submarinas e outras obras de caráter permanente, cujo objetivo é deter o inimigo que tenta agredir; “y hay otra clase de defensa que se funda en el principio de que la salvación propia - que es el verdadero objeto de la defensa está mucho más asegurada atacando al enemigo.” Este segundo tipo de defesa é constituído pelas armas e elementos que não esperam o ataque inimigo, e sim que vão ao encontro dele, seja a poucas milhas de distância ou até às suas costas. Esta defesa pode se confundir com uma guerra agressiva, mas esta somente acontece quando o objetivo é a conquista do território inimigo.

Friedrich Ratzel (1993, p. 7) também vê a necessidade do Estado ser forte para conquistar e manter o espaço. Lembra que a tarefa primordial do Estado, em última análise, continua sendo a da proteção: “*el Estado protege al territorio contra los ataques exteriores que tratan de disminuirlo*”. Salienta que a luta do Estado pela conquista e manutenção do espaço conduz facilmente à guerra. Quando no final do século XIX, a Alemanha,

¹² “A essência do ensinamento de Clausewitz consiste em entender a guerra como uma relação internacional que só difere das demais relações internacionais pelo método empregado para alcançar os objetivos da política.” (CARVALHO, 1981, p. 50).

assim como a grande maioria dos países europeus, participava da corrida armamentista, que levou à 'Paz Armada', Ratzel (apud MAULL, 1960, p. 31) fazia a sua defesa, argumentando que "la guerra es la lucha por el espacio geográfico."

O período em que Rio Branco foi Ministro das Relações Exteriores ficou marcado no cenário mundial pela preocupação em dotar os Estados dos meios necessários para promover sua defesa. Renouvin e Duroselle (1967, p. 361) deixaram claro que naquele período, um homem de Estado não poderia ser, verdadeiramente, um 'pacifista', pois deveria pensar, antes de mais nada, na segurança do seu país. Da mesma forma, estes autores esclarecem que a preocupação essencial do homem de Estado foi a de achar o meio de obter, ao mesmo tempo, a segurança e a paz. Por isso, Alfred Mahan (1946, p. 65) já havia apontado que um dos elementos essenciais para a constituição do Poder Naval de uma nação era a 'classe de governo' que essa nação possuía, que poderia projetar a sua segurança. Em torno do tema 'segurança' é que se elaboraram as novas fórmulas de interesses nacionais naquele período.

Mesmo antes de tornar-se Ministro de Estado, Rio Branco teve oportunidade de demonstrar, mais de uma vez, interesse pelos assuntos relacionados aos mecanismos que garantem a Segurança Nacional. No discurso que proferiu no Quartel do 13º Regimento de Cavalaria, em 09 de outubro de 1909, Rio Branco (1945, p. 221) reconhecia que "desde os bancos do antigo colégio Pedro II que comecei a interessar-me pelas nossas glórias militares conquistadas na defesa dos direitos e da honra da antiga mãe pátria e suas possessões nesta parte do mundo, e, depois na defesa da dignidade e dos direitos do Brasil na sua vida independente".

Já em 1882, quando exercia a função de cônsul em Liverpool, Rio Branco externava a preocupação com a Segurança Nacional, levando em consideração a Argentina. Ao Barão de Penedo, em 5 de agosto de 1882, escrevia: "Penso que tratando desta nova e gravíssima complicação devemos mostrar firmeza, embora estejamos sem esquadra, sem torpedos, e sem exército, por que fazendo cara feia al enemigo, talvez este recue, acreditando que estamos muito fortes e valentes." (apud VIANA FILHO, 1959, p. 113, sublinhados no original). Não possuindo força militar, era imprescindível fazer o inimigo acreditar numa força inexistente. Naquela época, Rio Branco estava propondo o que mais tarde F. S. Northedge (1986, p. 19) chama de um '*bluff*', uma prática muitas vezes utilizada por quem atua no campo da diplomacia, que pretende intimidar o oponente, aparentan-

do uma força que na realidade não possui. A mesma preocupação aparece quando, em 29 de agosto de 1882, escreveu a Joaquim Nabuco:

Pela primeira vez, desde que o Império existe, achamo-nos assim, á mercê da República Argentina, sem exército, sem esquadra e sem torpedos, quando os nossos vizinhos têm tudo isso. Pensa-se no Brasil que cantando o Brava gente brasileira podemos vencer os argentinos. Entendo que a nossa situação é gravíssima, e que se os argentinos aproveitarem agora o ensejo que a criminosa imprevidência dos nossos governantes lhes oferece, teremos de passar por grandes vergonhas e humilhações... A nossa esquadra não faz evoluções, como o nosso exército não faz manobras de campanha. Daí uma ignorância espantosa. Entende-se entre nós que só depois de começada a guerra deve-se começar a aprender a fazer guerra. (apud VIANA FILHO, 1959, p. 114, sublinhado no original).

Logo depois, em 5 de setembro de 1882, esta sua preocupação era compartilhada com o Barão Homem de Mello: “Fico muito inquieto com nosso negócio de Missões, por que se os argentinos aproveitarem a ocasião teremos de passar por grandes vergonhas. Não temos esquadra, não temos torpedo, não temos exércitos, e os argentinos tem tudo isso.” (apud VIANA FILHO, 1959, p. 114). Desde jovem Rio Branco, geopoliticamente, via a Argentina como a grande preocupação em relação à segurança brasileira na América do Sul.

Como se percebe, a preocupação com os mecanismos de defesa nacional já se fazia presente em Rio Branco antes de conhecer as ideias de Alfred Mahan. Após ter estado nos EUA e presenciado o debate em torno das ideias daquele pensador geopolítico, as preocupações de Rio Branco com a defesa nacional só vai recrudescer.

Por ocasião do litígio com a França, em que atuou como advogado do Brasil, questão resolvida através do arbitramento internacional, em 1900, observava ao Ministro das Relações Exteriores, Carlos de Carvalho, ainda em 23 de julho de 1896, quando começava a estudar a questão, que “os meios persuasivos são, a meu ver, os de lançar mão, para sair-se bem de negociações delicadas como esta, uma nação como o Brasil, que ainda não dispõe de força suficiente para impor a sua vontade a uma grande potência militar.” (apud VIANA FILHO, 1959, p. 234).

Ao assumir o ministério das relações exteriores, no discurso que fez no Clube Naval, em 01 de dezembro de 1902, quando chegou da Europa para tomar posse, Rio Bran-

co (1945, p. 52), alertava que como ministro não viria servir a nenhum partido,¹³ expressando o desejo de ver o Brasil como uma nação unida, forte e respeitada, não apenas no Continente, mas no mundo. Deixava explícita, como estadista, sua preocupação com o fortalecimento do Estado,¹⁴ bem como com a Segurança Nacional.

Pela influência direta de Rio Branco, o governo brasileiro passa a se interessar pela modernização da sua marinha de guerra.

Na Mensagem Presidencial de 1904, encaminhada por Rodrigues Alves ao Congresso Nacional, fica latente a posição de Rio Branco: “A nossa Marinha não está aparelhada para satisfazer as justas aspirações do povo brasileiro que a deseja converter em importante fator de defesa nacional.” (ALVES, 1904, n.d.).

Na visão de Rio Branco, o Brasil estava isolado na América Latina, cercado de inimigos em potencial: “contra o Brasil há na América espanhola antigas prevenções que só o tempo poderá talvez modificar. Verdadeiramente só as não há contra o Brasil no Chile, no Equador. No México e na América Central.” (Despacho, 12.12.1906). Os países hispânicos que não tinham prevenções, eram justamente os que não tinham limites territoriais com o Brasil. Assim, pode-se afirmar que as preocupações com o fortalecimento dos mecanismos de defesa, por parte de Rio Branco, eram um complemento às suas ações no estabelecimento das fronteiras territoriais.

Com todos os potenciais inimigos, o país precisava sempre estar preparado, pois,

A paz não depende somente da nossa vontade, dos nossos sentimentos de concórdia constantemente demonstrados [...] Depende também e principalmente da vontade de numerosos vizinhos que nos cercam [...] Para que algum dos nossos vizinhos se não anime a dirigir-nos afrontas, a ferir os nossos brios e os nossos direitos, é preciso que estejamos preparados para a imediata e eficaz repulsa, e para isso é necessário que estejamos aparelhados com todos os elementos necessários á defesa nacional não só com o material, mas com uma força perfeitamente instruída e exercitada. (RIO BRANCO, 1945, p. 233).

¹³ O desejo de não envolver-se em questões da política interna já havia sido expresso por Rio Branco em correspondência de Berlim, em 25 de junho de 1902, ao futuro presidente da República, Rodrigues Alves, quando resolveu aceitar o convite para Ministro das Relações Exteriores. “Vivo no estrangeiro desde 1876, tendo então deixado o Brasil com o propósito de me não envolver, nem mesmo em tempos relativamente calmos, como eram aqueles, na questão de nossa política interna.” (NAPOLEÃO, 1947, p. 143).

¹⁴ Podemos perceber no discurso de Rio Branco, as concepções que norteavam o pensamento geopolítico da época. Não sabemos se Rio Branco teve contato com as ideias de Rudolf Kjellén, mas é nítida a semelhança na concepção do papel do estadista, entre Rio Branco e o político sueco: “La misión de todo estadista debiera ser la desarrollar las potencialidades de su país en las distintas direcciones”. (KJELLÉN, 1985, p. 61).

Utilizando-se dos argumentos geopolíticos da época, Rio Branco via a necessidade de modernizar as forças de defesa, para que estas fossem capazes de acudir rapidamente “aos pontos ameaçados nas nossas fronteiras ou no nosso vastíssimo litoral”. (RIO BRANCO, 1945, p. 233).

Quando o projeto de rearmamento naval é aprovado e transformado em lei, em 14 de dezembro de 1904, em despacho à Legação brasileira em Buenos Aires, Rio Branco tem condições de afirmar: “O Brasil vai aumentar, embora lentamente, a sua armada por que tem um litoral imenso e Estados onde as comunicações só se fazem pelas vias fluviais.” (Despacho nº1, 09.01.1905).

Quando faz referência à extensão do litoral, poder-se-ia dizer que estão presentes as ideias de Alfred Mahan (1946, p. 40-41), que estabelecia uma relação entre a extensão do litoral de um país e a necessidade de possuir uma esquadra proporcionalmente equivalente. Acrescentava Rio Branco: “Precisamos restabelecer o nosso poder naval, consideravelmente enfraquecido depois da revolta de 06 de setembro de 1893. Quando éramos a primeira potência naval da América do Sul, as nossas esquadras nunca foram um perigo ou uma ameaça para a República Argentina.” (Despacho nº1, 09.01.1905).

Acreditava que, por estar resolvida a questão de fronteiras entre os dois países, não havia motivo para os argentinos temerem a reorganização da esquadra brasileira. Defendia a necessidade dos países possuírem um respeitável poder naval para afastar possíveis perigos em um futuro próximo, resultado da política expansionista de certas nações.

Percebe-se que o clima da ‘paz armada’ existente, principalmente, na Europa, onde o ciclo da corrida armamentista foi iniciado, sendo que os alvos nacionais imediatos eram puramente defensivos (RENOIVIN; DUROSELLE, 1967, p. 446), fazia sentir seus efeitos na política adotada por Rio Branco. Para o Ministro brasileiro, aumentar as forças militares era necessário a fim de se por em condições de resistir a qualquer ‘guerra preventiva’.

A possibilidade de a marinha argentina adquirir navios maiores que os brasileiros, e o resultado da Guerra do Oriente, entre Japão e Rússia, em que ficou demonstrada a utilidade dos grandes navios, fez com que o programa naval brasileiro fosse modificado

em 1906, passando a fazer parte do mesmo, navios mais poderosos.¹⁵ Assim, Rio Branco, visivelmente satisfeito, pode comunicar à Legação Brasileira em Buenos Aires que “os contratos foram modificados para o fim de ser aumentado o deslocamento e a força dos encouraçados encomendados.” Já antevendo a polêmica que isto causaria, procura orientar o Ministro Plenipotenciário brasileiro na capital portenha: “estes navios, pelo seu grande porte e calado servirão para a defesa do nosso vastíssimo litoral, mas em caso algum poderão operar no Rio da Prata.” (Despacho nº 21, 15.04.1907). Em homenagem prestada pelo exército, Rio Branco deixa claro sua adesão ao princípio da paz armada, ao afirmar que “o nosso amor a paz não é motivo para que permaneçamos no estado de fraqueza militar a que nos levaram as nossas discórdias civis e um período de agitações políticas”. (RIO BRANCO, 1945, p. 103).

Em outro momento, cinco anos depois, em 15 de outubro de 1911, nos últimos meses de vida, em discurso na homenagem que o exército brasileiro lhe prestou, continuava a acreditar no mesmo princípio: “não se pode ser pacífico sem ser forte”. E acrescentava: “Querer a educação cívica e militar de um povo [...] não é querer a guerra: pelo contrário, é querer assegurar a paz, evitando a possibilidade de afrontas e de campanhas desastrosas.” (RIO BRANCO, 1945, p. 105).

A existência de um Estado forte era a premissa fundamental de onde partiam os pressupostos teóricos dos fundadores da Geopolítica enquanto ciência. Para ser forte, este Estado teria que ter, necessariamente, elementos materiais que garantissem sua defesa. No período em análise - primeira década do século XX - possuir forças militares poderosas foi a tônica que moveu as relações entre os Estados importantes de cada um dos Continentes. Cada Estado passou a armar-se, para garantir sua defesa, o que ficou conhecido como a política da “paz armada”.

É claro que além das doutrinas geopolíticas que estavam aparecendo e que preconizavam a necessidade dos Estados possuírem eficazes elementos de defesa, não pode-se esquecer que a ‘paz armada’ interessava às grandes empresas que produziam armamentos. A venda de armas, também aos países ‘periféricos’, tornou-se um negócio altamente rendoso.¹⁶ Assim, o binômio ‘paz armada’ e ‘imperialismo econômico’ constitui-se no pano de fundo do momento histórico que antecedeu à Primeira Guerra Mundial, que coincide com o período que o Barão do Rio Branco esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

¹⁵ “3 encouraçados de 19.281 toneladas. / 3 scouts de 3.100 ton. / 15 caça-torpedeiros de 650 ton. / 1 navio mineiro de 1.500 ton. / 3 submarinos. / 1 navio hydrographico.” (ACD. Sessão de 21.08.1906).

O Brasil e a Argentina, como os países mais fortes da América do Sul, também vão estar inseridos neste contexto em que a rivalidade vai marcar as relações internacionais no início do século XX. Em decorrência disso, Brasil e Argentina vão proporcionar uma carreira armamentista sem precedentes na América do Sul.

Utilizando o instrumental da Geopolítica, podemos nos referir ao fenômeno da ação e reação (ARP - Action and Reaction Phenomenon), quando analisamos a carreira armamentista existente entre Brasil e Argentina na primeira década do século XX. A corrida armamentista constitui-se sempre numa espécie de cadeia de acontecimentos inevitáveis que é extremamente difícil de interromper.

Considerações finais

Em termos territoriais, os países podem ser classificados como 'geopoliticamente insatisfeitos' e 'geopoliticamente satisfeitos'. A ação diplomática empreendida pelo Barão do Rio-Branco, consolidando as fronteiras brasileiras, numa concepção ratzeliana que 'terra é poder', garantiu ao território nacional cerca de 900.000 Km², contribuindo para que o Brasil esteja incluído entre os países 'satisfeitos' territorialmente.

Ao procurar estabelecer os limites territoriais, Rio Branco refletiu o alcance da irradiação do núcleo geostórico brasileiro, que atingiu a periferia das zonas de tensão. Essa irradiação formou as chamadas zonas de fronteiras, que passam a exigir a presença do Estado, para em seu nome e em defesa de seus interesses, estabelecer a linha demarcatória, ou seja, o limite territorial, até onde irá a soberania do Estado.

Na atuação de um agente do Estado, visando estabelecer o limite territorial, sua ação vai depender da vitalidade do núcleo geostórico e dos grupos humanos que possuem interesse na zona de fronteira. Por esse motivo, em todas as questões de limites em que Rio Branco esteve diretamente envolvido, sua preocupação sempre foi demonstrar que os territórios reivindicados ou defendidos estavam ocupados com a população brasileira.

Ainda de acordo com Ratzel (1990, p. 186), o Estado sendo entendido como uma entidade orgânica, desenvolve-se de acordo com as flutuações, ora aumentando, ora diminuindo o seu território, de acordo com os interesses políticos. Por isso, o Estado sempre está buscando uma posição politicamente valiosa.

¹⁶ Ver ETCHEPAREBORDA, Roberto. "Los Armamentos navales de 1908: enfrentamiento de empresas y diplomacias". *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*, Buenos Aires, (separata) 179-202.

Rio Branco, ao pensar geopoliticamente o espaço brasileiro, refletia as concepções dos pensadores que estavam sistematizando o conhecimento geopolítico naquele momento. Assim, as ideias, principalmente, de Ratzel serão importantes ao entendimento da atuação de Rio Branco no estabelecimento das lindes do país.

Ao mesmo tempo em que se preocupava com o estabelecimento das fronteiras territoriais, Rio Branco demonstrava preocupação com o fortalecimento dos mecanismos de defesa nacional.

Assim, quando analisamos o fenômeno da 'paz armada' surgida na primeira década do século XX, entre Brasil e Argentina, veremos que ela é produto das diretrizes geopolíticas de Rio Branco, no Brasil, e de Zeballos, na Argentina, que levará ao surgimento de uma 'mentalidade armamentista' nos dois países. Na atuação de ambos, 'Homens de Estado', vai estar presente o fenômeno da ARP, que está atado inextricavelmente ao processo de avaliar ameaças. As políticas armamentistas perseguidas em busca da segurança nacional podem levar a um círculo vicioso, em que a insegurança ocasiona mais insegurança e a esperada proteção aos interesses nacionais por meio de armamentos se converte em mais ameaças a estes interesses. Aplicando o ARP - que mais uma vez lembramos, é um instrumental da Geopolítica - às relações entre Brasil e Argentina, veremos que as duas nações, a partir da política empreendida por Rio Branco e Zeballos, rivalizaram arduamente a fim de obter a superioridade armada de suas respectivas forças de defesa. Em alguns momentos, a situação atingiu conotações graves, estando o conflito centrado na luta pela supremacia naval. A preocupação com esta supremacia naval pode-se considerar como o resultado da influência das ideias de Alfred T. Mahan. Estas ideias - o poder político de uma nação está diretamente relacionado com seu poder naval - faziam-se presentes nos dois países, tanto entre o grupo dirigente, como nos órgãos de formação da opinião pública.

A competição armamentista levada a cabo por Brasil e Argentina foi um dos fatores importantes que contribuiu para a deteriorização das relações bilaterais naquele período. A posição defendida por Rio Branco e Zeballos teve intensa repercussão na opinião pública dos dois países, formando o que podemos chamar de uma 'mentalidade armamentista'. O 'olhar do vizinho' era levado em consideração no momento em que se está defendendo a aquisição de mais armamentos.

Rio Branco, ao defender que o país deveria possuir fortes mecanismos de defesa, tinha em mente duas preocupações geopolíticas: garantir a segurança do território que ele

ajudou a configurar, através de sua atuação no estabelecimento dos limites, e estabelecer a liderança do Brasil na América do Sul.

Referências

Documentos

ALVES, Francisco de Paula Rodrigues. Mensagem Presidencial. Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 1904.

AHI (Arquivo Histórico do Itamaraty). Despacho nº 1, de 09 dez. 1905, à legação brasileira em Buenos Aires.

AHI. Despacho nº 21, de 15 abril 1907, à legação brasileira em Buenos Aires.

RIO BRANCO, José Maria Paranhos da Silva Júnior. *Discursos*. Rio de Janeiro, 1945.

Bibliografia

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Ed. UnB, 1986

BACKHEUSER, Everardo. “Rio-Branco, geógrafo e geopolítico”. *Revista da Sociedade de Geografia*. Rio de Janeiro, tomo 52, p. 5-29, 1945.

BUENO, Clodoaldo. *Comportamento da Economia e Política Exterior do Brasil (1905-1907)*. 1977, Tese (Doutorado em História), USP, São Paulo.

BUENO, Clodoaldo. “O Brasil e a Terceira Conferência Internacional Americana (Rio de Janeiro, 1906)”. *Estudos Históricos*. Marília, v. 13-14, p. 7-84, 1975.

BUSCOVICH, Nicolas. “Pensamento Geopolítico Brasileiro: Travassos, Golbery, Meira Mattos”. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, nº 731, p. 7-20, maio/Jun. 1987.

CAMILIÓN, Oscar H. “As Relações entre o Brasil e a Argentina no Mundo Atual”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, nº 45/46, p. 26-43, mar. 1969.

CARVALHO, Agenor Francisco Homem de. “Clausewitz: as relações entre Política, a Guerra e a Estratégia”. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, nº 698, p. 45-53, nov./dez. 1981.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1956.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Geopolítica*. Rio de Janeiro: ESG, 1977, LS 17-77, p. 31-32.

ETCHEPAREBORDA, Roberto. “Los Armamentos navales de 1908: enfrentamiento de empresas y diplomacias”. *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*. Buenos Aires, (separata) p. 179-202.

HEINSFELD, Adelar. *A geopolítica de Rio Branco: as fronteiras nacionais e o isolamento argentino*. Joaçaba: Ed. Unoesc, 2003.

- HEINSFELD, Adelar. *As ações geopolíticas do Barão do Rio Branco e seus reflexos na Argentina*. 2000. Tese (Doutorado em História), PUCRS, Porto Alegre.
- KELLY, Phillip. "Avanços recentes da Geopolítica do Brasil". *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, nº 738, p. 67-68, jul./Ago. 1988.
- KJELLÉN, Rudolf. "Autarquia". In: RATTENBACH, Augusto Benjamin (Comp.) *Antologia Geopolítica*. Buenos Aires: Pleamar, 1985. p. 55-65.
- MAHAN, Alfred Thayer. *Influencia del Poder Naval en la Historia*. Buenos Aires: Editorial Partenon, 1946.
- MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e nações*. São Paulo: Contexto, 1992.
- MATTOS, Carlos de Meira. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1980.
- MAULL, Otto. *Geografía Política*. Barcelona: Ediciones Omega S. A, 1960.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas: Papirus, 1995.
- NAPOLEÃO, Aluizio. *Rio Branco e as Relações entre o Brasil e os Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1947.
- NORTTHEDE, F. S. *El uso de la fuerza en las relaciones internacionales*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1986.
- RATZEL, Friedrich. "As leis do crescimento espacial dos Estados". In: MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990. p. 175-192.
- RATZEL, Friedrich. "Geografia do Homem (Antropogeografia)". In: MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990. p. 32-107.
- RATZEL, Friedrich. "El Territorio, la Sociedad y el Estado". *Geosur*. Montevideo, Año XV, nº 161/162, p. 03-15, set./oct. 1993.
- RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: DIFEL, 1967.
- SEITENFUS, Ricardo. *Para uma Nova Política Externa Brasileira*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1994.
- SPYKMAN, Nicholas J. "Política de poder y la guerra". *Geopolítica: hacia una doctrina nacional*. Buenos Aires, nº 17, p. 13-21, mar. 1980.
- TAMMEN, Ronald L. "El Fenomeno de Accion y Reaccion (ARP)". *Geopolítica: hacia una Doctrina Nacional*. Buenos Aires, nº 3/4, p. 43-51, Mar./Jun. 1976.
- VIANA FILHO, Luiz. *A vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959.

Recebido em Julho de 2012.

Publicado em Janeiro de 2013.